**Manifesto Eleitoral**

Caros convidados,

As minhas primeiras palavras estão voltadas para a minha família, em especial para a minha mulher que com muito amor, carinho e dedicação me tem acompanhado ao longo de várias décadas na luta pelo progresso donosso S. Tomé e Príncipe, incluindo a minha filha, que não poupa sacrifícios para zelar por mim, neste combate pela defesa dos meus ideais.

Não seria justo não me referir aos meus irmãos, com quem há mais de sessenta anos discuto os problemas do nosso País, e que com as suas respectivas mulheres e filhos nunca hesitaram em me conceder todo o seu apoio nas pequenas e grandes questões. Os meus amigos mais chegados, que são também parte da família, sempre disponíveis em me atender e apoiar. A todos vocês, manifesto a minha mais profunda gratidão.

Compatriotas,

As próximas eleições presidenciais marcadas para 18 de Julho, serão as sextas eleições a realizarem-se na República Democrática de S. Tomé e Príncipe, após a instalação do multipartidarismo e do início da construção de um Estado de Direito Democrático, que já leva 30 anos de existência.

Se o passar dos anos dessa experiência de vida em democracia nos trouxe algo de muito importante, que é a liberdade de pensamento e de expressão, não nos assegurou, ainda, a edificação de um Estado moderno, funcional, transparente e respeitador do “Direito” em todas as suas dimensões.

As cinco eleições anteriores para o cargo de Presidente da República, realizaram-se, cumprindo-se as regras estabelecidas e com respeito pelos resultados das votações. Esperemos que assim venha acontecer nas eleições deste ano, nas quais desejamos que o Presidente da República seja escolhido pelo seu perfil, pelas suas propostas, pelo seu comportamento social e ético, e nunca pelo dinheiro que possa exibir e distribuir para comprar consciências. Nas próximas eleições presidenciais os santomenses terão a oportunidade de escolher uma figura para Presidente da República que contribua para País sair do actual estado de letargia política, económica, social e cultural em que se encontra.

As eleições vão realizar-se no contexto de uma Pandemia que veio alterar os comportamentos sociais, para além de ser geradora de profundas alterações na economia mundial, com consequências gravosas para os países de economia mais débil, como é o caso do nosso país, cuja sobrevivência se deve à ajuda da comunidade internacional. Torna-se, por essa razão, imperioso o recurso à nossa imaginação individual e colectiva de modo a adaptarmo-nos ao actual contexto das novas relações internacionais, a fim de estabelecermos de forma realista os principais objectivos do nosso desenvolvimento económico e social.

Para nós, é tão importante prevenir e combater o COVID 19, como repensar o modo de enfrentar os grandes desafios que se nos colocam enquanto País que não pode desejar só sobreviver mas garantir aos seus cidadãos uma vida compatível com os padrões de vida do mundo moderno. O Presidente da República tem um papel da mais alta importância no na procura de soluções para esses desafios, articulando-se com os outros Órgãos de Soberania e com as representações da sociedade civil, por forma a garantir a paz social e a estabilidade política, capaz, também, de permitir aos cidadãos empreendedores que implementem as suas ideias e projectos e contribuam de forma eficaz para o nosso desenvolvimento.

No nosso sistema constitucional, o papel essencial do Presidente da República para além de ser o garante da Constituição e do regular funcionamento das instituições é, acima de tudo, o exercício de uma magistratura de influência, o que se torna mais imperativo num momento em que o Mundo vive esta crise provocada pela pandemia do coronavírus, cujas consequências são ainda imprevisíveis na economia mundial, quando a estabilidade política, a paz social e a unidade nacional são elementos determinantes para se enfrentar esta situação.

Compatriotas,

O nosso País precisa mudar os seus paradigmas comportamentais, sob pena de desaparecermos como Nação livre e independente. A primeira e grande mudança deve ser a da organização e do funcionamento do Estado, que só pode estruturar-se em torno de um sistema que garanta o funcionamento pleno do sistema judicial. Esta é uma premissa fundamental, pois sem um sistema de Justiça funcional, justo e transparente não é possível a vida em sociedade de forma estável, pois os inúmeros conflitos próprios das relações humanas e sociais, impedem o desenvolvimento do País.

Concidadãos,

Depois de 47 anos de uma vida de participação cívica e política na construção do nosso Estado, sinto-me na obrigação de ajudar a edificar novos caminhos que nos permitam a todos, enquanto Nação, a assegurar um futuro melhor às nossas crianças e aos nossos jovens, e de forma geral a todos que aqui vivem e labutam, sem esquecer os nossos irmãos da diáspora.

Depois de alguns meses percorrendo o País, ouvindo as preocupações de uns e outros, os seus sentimentos e frustrações, a sua ansiedade e falta de perspectivas no futuro, sou forçado a concluir que temos que **Mudar**, mudar para melhor,

Precisamos romper com os maus comportamentos que enfermam a governação do nosso País, moralizando o funcionamento do Estado, a fim de podermos explorar ao máximo as potencialidades de S. Tomé e Príncipe. Juntos podemos ajudar a construir um Estado moderno e uma Nação livre da cultura do ódio e da vingança. Precisamos construir uma Pátria capaz de assegurar a todos os seus filhos os direitos mais elementares, para que possa haver equilíbrio social e a tão necessária estabilidade política.

É com este sentimento de profunda preocupação sobre o evoluir de S. Tomé e Príncipe que me coloco ao escrutínio dos santomenses, que no dia 18 de Julho votarãona escolha do próximo Presidente da República.

Assim,proponho trabalhar para unir os santomenses onde quer que se encontrem e combater a cultura do ódio que se instalou na nossa sociedade e que tem vindo a desestruturar o País, com a consequente ostracização existente, o que leva ao não aproveitamento das sinergias;

Consciente de que sem um Estado que funcione de forma transparente e eficaz não nos será possível preservar a nossa Nação unida e voltada para a solução dos grandes desafios que enfrentamos, comprometo-me a concentrar as minhas energias na mobilização do esforço nacional que permita efectuar a reforma das nossas instituições, muito particularmente no que respeita ao funcionamento correcto do sistema judicial nas suas várias componentes, respeitando sempre a Constituição, e mantendo um relacionamento franco, aberto e de respeito pelos outros Órgãos de Soberania do País;

Aumentar a proximidade com os nossos irmãos da ilha do Príncipe em todas as vertentes e extensão da palavra, quebrando o isolamento e vencendo as distâncias, deve ser um imperativo do nosso desenvolvimento, para que todos nos sintamos irmanados no mesmo ideal de uma mesma Nação, sem complexos de qualquer tipo;

O combate com vigor àcorrupção instalada no aparelho do Estado, que se evidencia a vários níveis da nossa sociedade e que dificulta a atracção do investimento, tanto nacional como estrangeiro, bloqueando o desenvolvimento do País será uma das prioridades do meu mandato se for eleito Presidente da República, forçando à moralização do funcionamento do aparelho do Estado e de toda a Administração Pública;

Lutar, em articulação com o Governo, pelo desenvolvimento acelerado e equilibrado da juventude, enquanto garante da continuidade do Estado e da sociedade, a fim de se assegurar uma igualdade de oportunidades, será um dos meus principais objectivos.

Influenciarei a acção governativa no sentido deintroduzir novos programas educativos que possam facilitar a integração dos jovens na vida activa e profissional. Para tanto, sendo Presidente da República, terei mandato para sugerir ao Governo que tome em conta essa necessidade da formação para a vida, criando mais e mais realísticas saídas profissionais para os jovens.

Entendo que o Presidente da República deve ajudar o Governo a apostar numa educação de qualidade para os santomenses, desde a primeira infância e em todas as vertentes, isto é no domínio moral, cívico, ético, académico, profissional e político.

Devemos estar conscientes que a criação de emprego só será possível através da nossa capacidade colectiva de atrair e acarinhar os investimentos, tanto nacionais como estrangeiros, pois são os geradores de emprego e de riqueza. Na minha concepção, o Presidente da Republica deve ser um verdadeiro Embaixador junto dos Países amigos e dos potenciais investidores para tornar S. Tomé e Príncipe um local atractivo para o investimento. Para tanto, é preciso um combate firme à corrupção, fazendo funcionar o aparelho judicial em toda a sua plenitude e com a celeridade exigível num Estado que se quer moderno. É forçoso publicitar-se no plano externo todo o nosso potencial de recursos, papel que o Presidente da Republica, com alguma mestria pode desempenhar com sucesso.

Se for eleito Presidente da Republica trabalharei para se assegurar, de acordo com a nossa realidade, uma justiça social condizente com os padrões das sociedades modernas, em todo o espaço nacional por forma a se evitar conflitos sociais, procurando promover o entendimento e a conciliação entre os diversos interesses existentes no seio da nossa sociedade, bem como entre os diferentes Órgãos do Estado;

Nos dias de hoje, em que aumentam as disputas entre os Estados na defesa dos seus interesses, devemos adoptar uma política externa conciliadora com outras Nações, mas pugnando com firmezapela defesados interesses do nosso país, sem misturas com interesses particulares de uns e outros, procurando potenciar o que temos para oferecer aos nossos parceiros. Para tanto, torna-se necessário rever alguns conceitos de política externa em vigor, sem pôr em causa os compromissos já assumidos e no respeito pelos princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas e da União Africana. Torna-se necessário estabelecer uma melhor inserção do nosso País no contexto internacional, e sobretudo na nossa sub-região, a fim de se poder colher melhores frutos da cooperação tanto bilateral, como multilateral.

Como Presidente da Republica farei uso do poder de influência próprio do Chefe de Estado, para promover a Cultura e proteger o Ambiente, começando por valorizar o nosso património histórico e cultural, preservando a memória colectiva que nos identifica, dinamizando as manifestações culturais típicas do nosso País, fazendo disso tudo um instrumento de consolidação da Nação Santomense. A preservação do meio ambiente deve ser, no meu entendimento, uma das grandes prioridades do nosso Estado, devendo merecer muita atenção do Chefe de Estado.

Entendo que uma das primordiais funções do Presidente da República seja a de zelar para que os poderes públicos deem uma maior atenção aos santomenses espalhados pelo mundo, que tiveram que se ausentar da sua terra à procura de uma vida melhor, estimulando a sua maior proximidade com a terra, protegendo a nossa diáspora e levando-a a sentir-se útil e um instrumento importante e indispensável do nosso desenvolvimento em todos os domínios.

Muito obrigado

***Carlos Agostinho das Neves***

**CARLOS NEVES**

Nasceu há sessenta e sete anos, num dos momentos mais conturbados da história recente de São Tomé e Príncipe - mais precisamente no fatídico ano de 1953, que marcou profundamente o evoluir político das ilhas portuguesas do Golfo da Guiné, na localidade do Riboque,

Foi aí que passou a sua infância e juventude até que, em 1972, foi para Portugal a fim de dar continuidade aos seus estudos, no curso de História, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Foi durante este período, vivendo as agruras de um colonialismo já nos seus derradeiros e mais agressivos momentos dos finais do Império, que se formou e consolidou a sua personalidade, tendo sido durante essa época que cimentou em si o sentimento de justiça e de solidariedade humanas. As atrocidades diárias praticadas pelo regime colonial, que oprimia os naturais das antigas colónias portuguesas, incutiram em si e nos seus companheiros o desejo de liberdade, que só chegaria com a independência dasantigas colónias.

Foi sem hesitar que, em Maio de 1974, um grupo de jovens estudantes, entre eles Carlos Neves, regressaria a São Tomé e Príncipe para, no quadro das acções desenvolvidas pela Associação Cívica Pró-MLSTP, dar início de forma estruturada, contínua e determinada à mobilização da população com vista a forçar o poder colonial português a negociar o processo da Independência de S. Tomé e Príncipe. Esse objectivo foi finalmente alcançado a 12 de Julho de 1975.

Foi durante esses primeiros anos de vida do País independente que, intercalando o trabalho com os estudos, concluiu a licenciatura, tendo dado início, pouco tempo depois, a uma especialização em “*Ciências Documentais na Universidade Clássica de Lisboa”*, ao mestrado em “*História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa na Universidade Nova de Lisboa*”, e a uma formação em *Diplomacia pela Universidade Técnica de Lisboa*. Foi uma fase em que pôde consolidar os seus conhecimentos académicos e a experiência profissional, e teve a oportunidade, enquanto responsável por alguns serviços públicos, de conhecer melhor os seus constrangimentos e problemas e de pôr em prática os conhecimentos adquiridos e que lhe permitiram uma melhor gestão dos recursos humanos.

Em 1990/91, quando teve início o processo da **”mudança”**, que instituiu o regime pluripartidário, e resultou na aprovação de uma constituição democrática e na realização das primeiras eleições livres, interrompeu o programa de estudos que estava a frequentar para regressar ao País e participar num dos processos da maior importância para a vida da nossa Nação – tendo sido, assim, eleito, em Janeiro de 1991, deputado da 1ª Assembleia Nacional livre e democrática.

Decidiuinterromper a sua actividade como parlamentar e regressar a Lisboa a fim de prosseguir os seus estudos, tendo sido então convidado para representar o nosso País como Embaixador em Portugal e no Reino de Espanha, funções que exerceu até 1994.

Quando se criou oficialmente o partido **Acção Democrática Independente (ADI),**em 1994, foi eleito secretário-geral e participou nesse mesmo ano na 2ª eleição legislativa, na qual o seu partido elegeu 14 deputados. Em 1996, reforçado o ADI, e com a sua grande aceitação popular, contribuiu para a reeleição de Miguel Trovoada como Presidente da República.

Liderou a Acção Democrática Independente até 2002, tendo este partido entretanto conquistado em 1998 o lugar de partido líder da oposição, com a obtenção de 16 mandatos na terceira eleição legislativa, para depois voltar a ser a força motriz na eleição de Fradique de Menezes - cuja figura colheu desde logo a aceitação popular no ano de 2001.

Ao longo desses anos de vivência política adquiriu muitos conhecimentos no âmbito da vida parlamentar, quer como Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos, dos Assuntos Petrolíferos e ainda como Vice-Presidente da Assembleia Nacional, sem abandonar por completo os seus trabalhos de investigação no âmbito da História, com especial foco nas ilhas de São Tomé e do Príncipe.

Depois de abandonar as fileiras do ADI, por divergências políticas surgidas no seio dessa organização, participou, depois, activamente na criação da **União para a Democracia e Desenvolvimento (UDD).** Em 2012, depois de ter exercido funções durante alguns anos na **Agência Nacional do Petróleo**, retomou a sua actividade como diplomata, tendo sido nomeado Embaixador-Representante Permanente junto às Nações Unidas e Embaixador nos Estados Unidos da América, funções exerceu até 2017.

Regressado a São Tome e Príncipe e já livre das suas obrigações como diplomata, retomou a actividade política e colaborou activamente na criação em 2018, do Partido **União MDFM-UDD**, que concorreu em coligação nas eleições legislativas de 2018.